

**Resenha da obra:**

**ARNAUT DE TOLEDO, César de Alencar; RIBAS, Maria Aparecida Barreto; SKALINSKI JUNIOR, Oriomar (Orgs.). *Origens da educação escolar no Brasil Colonial: (Volumes I, II, III e IV)*. Maringá: EDUEM. Volume I: 2012; Volume II: 2013; Volume III: 2015; Volume IV: 2015.**

**Resenha de Rodrigo Pinto de Andrade<sup>1</sup> e Francielle Aparecida Garuti de Andrade<sup>2</sup>.**

A coleção intitulada *Origens da educação escolar no Brasil Colonial*, é composta por quatro volumes publicados entre 2012 e 2015, reúne textos de diversos pesquisadores brasileiros e estrangeiros, com resultados de investigações atuais sobre a educação escolar no período colonial do Brasil. A obra é resultado do projeto de pesquisa com o mesmo título, iniciado em 2010, por meio do Edital MEC/CAPES n. 029/2010 PRODOC, sob a coordenação do Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo, do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Além dos livros, o projeto resultou também na construção de um importante banco de dados sobre a educação escolar no Brasil Colonial, disponibilizado ao público no sítio eletrônico <<http://uem.scientdocs.info/>> com informações sobre fontes primárias e bibliografia de apoio a pesquisas sobre o tema; sua realização contou com o apoio da CAPES para o desenvolvimento e publicação dos resultados.

Os quatro volumes da coleção têm como eixo temático a educação escolar no período colonial do Brasil - época histórica com poucas pesquisas na área da História da Educação, especialmente quando comparada a outras fases da história da educação brasileira, como o Império e a República. Os textos estabelecem discussões verticalizadas sobre o tema da educação escolar e tratam também, de outros temas que possibilitam a ampliação da esfera de entendimento para além dos processos escolares de ensino e de aprendizagem. A proposta de estudar as questões relativas à educação escolar do Brasil Colonial traz à tona particularidades do contexto histórico, político, social e religioso do período em questão.

Trata-se de uma coleção que tem como autores pesquisadores reconhecidos e com larga tradição de pesquisa em suas áreas de atuação e também iniciantes na vida acadêmica. Os organizadores dos quatro volumes são os professores César de Alencar Arnaut de Toledo, Maria Aparecida Barreto Ribas e Oriomar Skalinski Junior. A coleção toda é composta por trinta capítulos e teve a contribuição de trinta e sete diferentes autores, de várias universidades de todas as regiões do Brasil e de instituições estrangeiras.

O primeiro volume foi publicado em 2012 e traz nove textos, escritos por quinze autores, todos vinculados às áreas da História e História Educação. Eles escreveram seus textos a partir do uso de diversificados documentos, sobretudo, fontes primárias. A coletânea discute a relação entre catequese e educação nos documentos produzidos pelas ordens religiosas no alvorecer da Modernidade, período em que religião e educação ainda possuíam estreita associação. Os textos discutem a presença das várias ordens religiosas na América Portuguesa no século XVI: os franciscanos; os beneditinos e os jesuítas; bem como, a contribuição que legaram à educação escolar no período. As análises privilegiam as especificidades de cada Ordem, sua história, seu modo de atuação e sua relação com a

educação escolar; com uma particular incidência na análise da história e na atuação dos religiosos jesuítas.

Dentre os textos que compõem o livro, destacamos o capítulo cinco, cujo título é: *A Ratio Studiorum e os fundamentos de uma cultura escolar na Europa e no Brasil*, de autoria de Margarida Miranda. O texto analisa a *Ratio Studiorum*, obra publicada em 1599. Trata-se de um documento que apresentou um conjunto de normas elaboradas com a finalidade de ordenar as atividades, funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuítas. A *Ratio* possui trinta conjuntos de regras que serviram para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos. As regras tratam do relacionamento dos membros dos colégios, dos docentes e dos discentes. A autora destaca que antes mesmo da publicação do documento, havia um plano de estudos elaborado por Nóbrega a fim de regulamentar o ensino das primeiras letras no Brasil. Apesar da publicação oficial só ocorrer em 1599, muito do que compõe essa obra, já vinha servindo de base à educação jesuítica em Portugal e em suas colônias.

As normas para o regimento interno dos colégios e os Ordenamentos de Estudos, utilizados pela Companhia de Jesus antes da publicação da *Ratio Studiorum*, acabaram servindo como ponto de partida para a elaboração do documento, que acabou se constituindo num método inovador e que influenciou a educação escolar nos Tempos Modernos, para Margarida Miranda “os autores da *Ratio* não criaram o novo documento a partir do nada. Reuniram de forma sistemática e coerente o que de melhor e mais eficaz conheciam na sua época: um sistema de regras práticas que garantia a qualidade do ensino” (p.174).

A autora destaca a importância da *Ratio Studiorum* para o êxito e a longevidade das propostas educativas dos colégios da Companhia de Jesus, para tal, além do conjunto de regras e normas que deveriam nortear a educação nas escolas jesuítas, o documento elegeu o estudo dos clássicos e das humanidades como fio condutor para a constituição dos currículos nas instituições escolares da Companhia; segundo Miranda “o ensino preconizado pela *Ratio* era um ensino não utilitário, não profissionalizante, nem especializado”. O seu objetivo era treinar faculdades pessoais, ligadas ao intelecto, à imaginação, à memória, ao desejo e à vontade, portanto, ao desenvolvimento integral da pessoa (p.196).

O volume II foi publicado em 2013 e tem um total de seis capítulos, escritos por dez autores, de diferentes universidades. É uma coletânea que possui caráter interdisciplinar, pois integra pesquisadores ligados às áreas da História e da História da Educação que se empenharam para analisar a importância e a influência que a relação entre a religião católica e a educação exerceu no processo de construção da sociedade brasileira. Os textos, de diferentes matrizes teóricas e metodológicas, apresentam interpretações diversificadas sobre a formação da educação escolar no período colonial do Brasil, mas, mantém sempre o diálogo teórico com o campo da História da Educação brasileira. Os capítulos discutem temas relacionados à educação escolar que já são conhecidos sobre o período colonial do Brasil, como o teatro jesuítico, a ação missionária de José de Anchieta e a ação catequética dos Carmelitas. A ênfase dos textos deste segundo volume é a educação escolar nos primórdios da colonização empreendida pela Coroa portuguesa, século XVI.

Destacamos, entre os textos que compõe esta coletânea, o sexto capítulo, intitulado: *Os carmelitas e a educação no Brasil Colônia*, de autoria de César de Alencar Arnaut de Toledo e Marcos Ayres Barboza, que discute a presença e a atuação dos religiosos

carmelitas no processo de colonização e escolarização do Brasil, no século XVI. Embora os manuais de História da Educação, em sua maioria, enfatizem que os jesuítas tiveram atuação exclusiva ou quase isso no campo da educação nos primeiros séculos da colonização do Brasil, outras Ordens Religiosas também atuaram no processo de formação da sociedade brasileira, todas sob a direção da Coroa Portuguesa, que, numa aliança com a Igreja, fazia valer seus interesses comerciais e exploratórios e os interesses religiosos da Santa Sé.

As diversas Ordens Religiosas que atuaram no Novo Mundo, dentre elas destaca-se a Ordem dos Carmelitas, exerceram um importante papel na formação de uma cultura letrada no Brasil. Os religiosos que vieram para as terras brasileiras, além de se dedicarem à catequese, também envidaram esforços para ensinar as primeiras letras aos novos cristãos, os indígenas convertidos à fé católica.

A Ordem dos religiosos Carmelitas chegou ao Brasil em 1579 na expedição de Frutuoso Barbosa, ordenada por Dom Henrique, na região da Paraíba, porém, essa primeira tentativa não foi exitosa e a Ordem só se estabeleceu no país no ano de 1583, na cidade de Olinda, em Pernambuco. Os autores afirmam que “depois de Olinda, a expansão Carmelita pelo Brasil Colônia ocorreu ao norte para os estados de Pernambuco, Paraíba e Maranhão, por volta de 1616, e, logo a seguir, no Pará e Amazonas. Ao sul, fixaram conventos ou hospícios em Santos, Bahia, Rio de Janeiro e Vitória” (p.168). Por volta de 1635, no litoral da região nordeste, existiam cerca de onze conventos e mais de duzentos religiosos da Ordem Carmelita desenvolvendo atividades de catequização e ensino das primeiras letras para os indígenas e para população em geral.

Nos anos subsequentes, os religiosos Carmelitas expandiram sua atuação para outras cidades e regiões do país, com destaque para o trabalho de catequese no rio Solimões, iniciado em 1697. Posteriormente, desenvolveram atividades como pregadores da fé católica e como professores nos povoados e aldeamentos; ensinavam a leitura, a escrita e hábitos de civilidade para as crianças, com o propósito de formar virtuosos cidadãos. Pode-se dizer que os religiosos desenvolviam, concomitantemente, as atividades religiosas e pedagógicas em todos os espaços onde atuavam. César de Alencar Arnaut de Toledo de Marcos Ayres Barbosa destacam que “os religiosos Carmelitas, com seu projeto missionário, também contribuíram para a pacificação dos indígenas e sua fixação nas aldeias, pela imposição da religião cristã” (p.178).

O terceiro volume da coleção foi publicado em 2015 e tem um total de oito capítulos, escritos por doze autores. Os textos discutem os aspectos relacionados às estratégias missionárias e catequéticas das diferentes religiões; desde as Ordens Religiosas ligadas à Igreja Católica, passando pelas ações protestantes no nordeste brasileiro, até as iniciativas educacionais implementadas pelo Judaísmo no período colonial do Brasil. Apesar dos diferentes enfoques apresentados na coletânea, o fio condutor das discussões é a contribuição que essas diferentes religiões, em suas atuações no Brasil Colônia, trouxeram para o estabelecimento da educação escolar no período. Os autores utilizaram vasto material de apoio para a elaboração de seus textos: cartas, discursos, documentos variados, todos criteriosamente analisados à luz do contexto histórico, político, social e religioso em que foram produzidos. A maior parte dos capítulos deste volume tem o foco voltado para o século XVII.

Do volume III, assinalamos o capítulo sete, de autoria de Ronaldo Vainfas, intitulado: *Ensinar o Judaísmo aos cristãos-novos portugueses: desafio dos safarditas na Holanda e no Brasil holandês durante o século XVII*, que analisa a contribuição que a

comunidade judaica - que existiu nas capitâneas açucareiras do nordeste brasileiro durante a dominação holandesa da região, legou à constituição da educação escolar no período colonial do Brasil. O autor discute as iniciativas educacionais empreendidas pelos judeus sefarditas, na Holanda e no Brasil holandês em meados do século XVII, mais especificamente na cidade de Recife, onde foi construída a primeira sinagoga das Américas, pelos judeus sefarditas (expressão derivada do termo hebraico *Sefard*, que pode ser traduzido como “península ibérica”). Esses judeus que se estabeleceram no Brasil participaram da diáspora ocorrida na Espanha no final do século XV, precisamente em 1492, quando os judeus foram expulsos da Espanha e encontraram refúgio em Portugal; formando nesse país, novas colônias judaicas. Nesse contexto de diáspora, salienta Ronaldo Vainfas: “o judaísmo sefardita sempre esteve em forte contato com o cristianismo e com o islamismo” (p.158).

Esses judeus que se estabeleceram em Portugal imigraram para o Brasil a partir de 1636; no ano seguinte, o processo se intensificou com a chegada de Maurício de Nassau, responsável pelo governo da chamada “Nova Holanda”. Nassau autorizou e incentivou a estruturação da sinagoga judaico-portuguesa em Recife, que teve como primeiro líder, Aarão Sarfati, que, embora não fosse oficialmente rabino, na prática o era, pois foi responsável pela sinagoga em seus primeiros anos de funcionamento. Em 1642, foi substituído por Isaac Aboab da Fonseca, o primeiro rabino oficial do Brasil. Segundo o autor, “os judeus portugueses fizeram de tudo para estabelecer uma congregação sefardita no Brasil holandês, incluindo a educação judaica. Educaram as crianças dos judeus novos vindos da Holanda nas primeiras letras” (p.177). O tempo de permanência dos judeus no Brasil holandês foi relativamente curto, iniciou-se em 1636 e teve seu apogeu em 1644, com a presença aproximada de mil e quinhentos moradores. Após a derrota holandesa na batalha dos Guararapes, em 1649, iniciou-se o êxodo dos judeus e o enfraquecimento da comunidade judaica no nordeste brasileiro.

A comunidade judaica no Brasil holandês trabalhou para “rejudaizar” os novos-judeus por meio do ensino rigoroso da *Torah*, e reconverter os cristãos-novos ao judaísmo. A partir de 1648, devido às disputas entre as congregações judaicas rivais, ocorreu o enfraquecimento e a desagregação da comunidade judaica no Brasil Colonial. Segundo o autor, é possível concluir que “a experiência da educação judaica no Brasil holandês, não se enraizou nem seduziu a população cristã nova da terra. Experiência abortada em uma colônia católica” (p.179).

O quarto e último volume foi publicado em 2015 e está dividido em sete capítulos, escritos por doze autores que se empenharam para analisar a importância da educação como elemento fundamental no processo de colonização, catequização e instituição da educação escolar no período colonial do Brasil. O eixo temático do volume é o entrelaçamento das instâncias sociais: Estado, Igreja e instituições escolares no processo de formação da sociedade e cultura brasileiras. Essas três áreas constituíram-se em elementos basilares para a consolidação do projeto de conquista da “Terra de Santa Cruz” e, foram essenciais para determinar o modelo educacional implementado no Brasil Colônia. Esses três campos não devem ser concebidos isoladamente, pois a religião, nomeadamente a Igreja Católica, à época da colonização era diretamente associada ao Estado português, que por sua vez, subsidiava e influenciava suas ações, o que acabou por interferir na ação educativa dos religiosos das diversas Ordens que atuaram no país nesse período. A coletânea oferece um particular destaque para as atividades dos religiosos jesuítas nos séculos XVI, XVII e início do XVIII.

Nessa coletânea, damos um particular destaque ao segundo capítulo, intitulado: *Jesuítas: evangelização e escravidão em terras brasílicas*, de autoria de Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro, Camila Nunes Duarte Silveira e Maria Cleidiana Oliveira de Almeida. As autoras analisam o posicionamento dos religiosos jesuítas em relação à questão da escravidão de africanos, notadamente, a pedagogia jesuítica no trato com os escravizados e, a influência que esse modelo educacional teve para o êxito do projeto colonizador empreendido para o Brasil. Segundo as autoras, ao atuar em todas as instâncias possíveis, os jesuítas “educaram, formal e informalmente, nos seus colégios, nas missões, na liturgia, na arte e nos sermões” (p.37).

Os religiosos da Companhia de Jesus tiveram que enfrentar teológica e juridicamente uma questão candente da sociedade brasileira no período colonial, o problema da escravidão. As alianças entre o Reino Português e a Santa Sé, quando das primeiras conquistas realizadas por Portugal no norte da África, foram respaldadas por bulas papais que justificavam o escravismo colonial e dava legitimidade jurídica e teológica à escravização dos africanos. Todavia, muitos religiosos reagiram contra o instituto legal da escravidão, tanto jesuítas como de outras Ordens Religiosas, especialmente os franciscanos capuchinhos, que tinham mais autonomia, pois eram ligados diretamente à Santa, por isso, puderam se posicionar de modo mais incisivo contra a escravidão. As autoras concluem enfatizando a importância do legado que os jesuítas deixaram para a sociedade brasileira, uma vez que a história da Companhia de Jesus “confunde-se com a própria história educação brasileira colonial” (p.54).

Os quatro volumes da coleção apresentam, com seus diferentes enfoques, e opções teórico-metodológicas, um importante material para pesquisadores do campo da História da Educação e áreas afins. Com amplo arsenal de fontes sobre as origens da educação escolar no Brasil Colonial, a coleção proporciona aos pesquisadores de Programas de Pós-Graduação, de iniciação científica e de cursos de graduação, um vasto material para a discussão da temática e para a realização de novas pesquisas.

Recomendamos a leitura da coleção: *Origens da educação escolar no Brasil Colonial* pela relevância, clareza, objetividade didática, rigorosa revisão ortográfica, riqueza de fontes e debate plural que os livros apresentam; o que facilita a consulta e a compreensão por parte de pesquisadores iniciantes, que podem, ao ler os textos, ingressarem numa área de pesquisa muito fértil e promissora.

#### Notas

---

<sup>1</sup> Aluno de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, PR. Direção eletrônica: pr\_rodrigoandrade@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, PR. Direção eletrônica: garuti\_andrade@yahoo.com.br